

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DÁCIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Claro Enigma

A queda dos títulos da dívida externa não deixou de ser um recado dos credores: se o Brasil abandonar a austeridade da política econômica, só terá dificuldades de obter o apoio financeiro para as reformas e os investimentos que modernizem a indústria e a infra-estrutura nacional, e garantam a retomada do crescimento e do emprego.

O fato não reflete apenas a preocupação imediata com a adesão dos 600 bancos credores ao acordo de renegociação da dívida. Traduz também o temor dos fundos de pensão e de investimento, e de multinacionais, de que o país abandone a caminhada para a estabilização e a modernização.

Com a última composição do ministério, o principal partido de sustentação do governo no Congresso — o PFL — passou a comandar diretamente a execução de 40% do Orçamento da União, cabendo aos ministros filiados aplicarem o equivalente a 12 bilhões de dólares. É preciso, no entanto, separar o jogo político, que, em função da CPI, amplia a influência sobre o governo, da real oportunidade de se alterar a política econômica. Um não exclui nem condiciona a outra.

O governo pode negociar politicamente sem hipotecar as linhas mestras da política econômica. Basta que não se gaste além das disponibilidades orçamentárias das metas de gastos públicos prometidas ao FMI para assegurar a estabilização econômica.

O contencioso da dívida se arrastava há uma década, sem definições que permitissem ao Brasil reatar os laços financeiros com o Primeiro Mundo, até o ministro da Economia obter amplos e satisfatórios acordos com o FMI, o Clube de Paris e os bancos privados.

Se antes da crise da dívida em 1982 era possível contar com abundantes capitais de empréstimo, desde a segunda metade da década passada, o dinheiro circula no mundo basicamente sob a forma de capital de risco ou no apoio ao comércio exterior. As duas vertentes pedem liberdade de circulação de capitais e de comércio.

Para usufruir as vantagens da injeção de recursos e novas tecnologias em termos de modernização

e competitividade, o Brasil não pode interromper as reformas da sua economia e a política de austeridade fiscal levadas a cabo pelo ministro Márcilio Moreira.

Podem-se afrouxar aqui e ali os parafusos da política econômica para a aplicação de recursos que cumpram o compromisso social do governo e ajudem a reativar a economia e o emprego — como na construção civil — sem comprometer as linhas mestras da austeridade fiscal.

O nível da inflação — estacionado há oito meses no patamar entre 20% e 25% — é, sem dúvida, desconfortável. Sobretudo porque a cota de sacrifício em termos de desemprego e capacidade ociosa tem sido muito pesada no comércio e na indústria.

Mas, até que ponto a cautela ortodoxa do Ministério da Economia em recusar a pressa de empresários e políticos pela reativação artificial das atividades não evitou a disparada da inflação? Em outras épocas, a inflação já teria disparado de forma geométrica, como se verifica pelo comportamento dos índices, após os últimos planos econômicos, quando, no mínimo, a taxa mensal da inflação triplicava.

Também isso ocorreu em agosto de 1979, quando os empresários pediram a cabeça do então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, que pregava um crescimento de 3% a 5% ao ano para o país completar o ajuste fiscal e do endividamento interno e externo, que foi substituído pelo ministro Delfim Netto, que empunhou a bandeira do crescimento a qualquer preço. A inflação, que estava em 45% ao ano, em julho, fechou o ano em 77% e logo passou dos 100% (para não mais cair).

Num país que anda não se livrou dos vícios da indexação, estabilizar o patamar da inflação não deixa de ser meia vitria. Essas reflexões devem ser pesadas pelos que deendem a troca da austeridade pela ênfase no crescimento. A história econômica brasileira já ensinou que o crescimento só se sustenta — sem a parceria indesejável da inflação — se houver prévio e profundo saneamento fiscal.